



## A PRESENÇA FEMININA NAS ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS CARIOCAS

(1900-1910)

JULIANA DA CONCEIÇÃO PEREIRA\*

A presença feminina era uma realidade nas atividades proporcionadas pelos clubes recreativos de trabalhadores. Para garantir que seus divertimentos fossem condizentes com a imagem familiar, as diretorias das agremiações demonstravam um cuidado especial com as mulheres, principalmente porque as damas que participavam dos bailes eram pessoas que pertenciam à comunidade - suas esposas, filhas, parentes e vizinhas. Era explicável, por isso, que seus sócios redobrassem suas atenções para que os bailes fossem morais e decentes.

A maneira de proteger as mulheres que frequentavam os clubes se dava a partir de critérios de admissão e regras de comportamento para os sócios e convidados nos momentos dos bailes. No caso da admissão, em muitos estatutos colocava-se como critério principal “ser de reconhecida moralidade”<sup>1</sup>, tornando-se imprescindível para essas pessoas a construção de uma imagem moral na sua comunidade<sup>2</sup>. Além disso, para adquirir e manter a licença de funcionamento, as associações viviam sob constante investigação dos delegados distritais. Logo, era necessário ter uma boa relação com a vizinhança.

No ano de 1906, a diretoria da Sociedade Dançante Flor da Mocidade<sup>3</sup>, sediada na rua Figueira de Mello (São Cristóvão), a partir de seus estatutos, mostravam uma peculiaridade na admissão de seus futuros associados:

“Art. 2º. Não serão admitidos nesta sociedade os cidadãos que não tenham moralidade e domicílio, que tenham vícios de embriagues e estejam envolvidos em processo criminal. (...) Art. 5º. Não serão admitidos nesta sociedade as senhoras que não tenham moralidade assim como os associados serão responsáveis quando assim procedam fazendo convite neste sentido”. [grifo meu]

O fragmento determina bem aspectos cruciais para a admissão a sócio. A reprovação a vadios, viciados e criminosos dialoga com os projetos de ordenação social desse período (CHALHOUB, 2008: 70-73). Também chama a atenção o fato de haver um artigo específico

---

\* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

<sup>1</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 168 (“Centro Recreativo dos Operários da Aliança.”, 1906).

<sup>2</sup> Cristiana Myasaka em seu trabalho *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)* principalmente no capítulo 3, fala sobre a “construção de identidade perante os pares” na freguesia de Inhaúma. (MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) (p, 127-165)

<sup>3</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 168 (“Flor da Mocidade”, 1906).

que se volte para a admissão das mulheres. De modo semelhante, no ano de 1913, os sócios do Rancho Carnavalesco Progresso dos Operários de Santa Cruz informavam em seus estatutos que era “expressamente proibido” em seus festejos as damas que não fossem “honestas” e que não tivessem “família séria”<sup>4</sup>. Movidos pelo anseio do ser moral, esses diretores evidenciavam uma preocupação que era comum: a idoneidade feminina.

A regra suscita, no entanto, algumas questões como, por exemplo, o que caracterizaria uma senhora com “moralidade”. Embora seja problemático trabalhar com a definição de moralidade para os sócios do clube o que estamos propondo está longe de ser uma ideia homogênea de moralidade. Seguindo a sugestão do antropólogo Fredrick Barth para a cultura e trabalhando a moralidade como uma construção cultural, observamos que as regras de conduta adotadas pelos sócios seriam o resultado de uma multiplicidade de padrões parciais que interferindo uns sobre os outros formavam as escolhas desses sócios (BARTH, 2000: 107-139). Ou seja, as regras afirmadas são resultado de suas experiências cotidianas influenciando sobre isso o local aonde estavam inseridos, a faixa etária de seus associados, a classe social e a raça de seus frequentadores. Quando esses diferentes aspectos se conectam a partir das redes de cooperação, entre as associações, é que elas ganham força e passam a ser uma estratégia de representação e luta.

Além disso, duas outras questões se tornavam relevantes para aquelas que fossem aceitas como sócias: Como permanecer com as qualidades de uma senhora moralmente reconhecida? E, como os sócios lidavam com a presença das mulheres entre os seus membros?

Movidos por essas interrogações, o objetivo do trabalho é estudar a presença das mulheres nas pequenas associações recreativas. Sendo assim, a primeira parte consiste na observação do processo de construção do discurso moral proferido por juristas e médicos a partir de meados do século XIX que visavam enquadrar homens e mulheres em modelos ideais de comportamento. De forma resumida, se buscará analisar os diálogos entre esses discursos e aqueles afirmados pelos diretores dos clubes (partindo da leitura dos estatutos). A segunda parte estende-se sobre o modo específico de inserção das mulheres nos pequenos clubes dançantes. Como documentação principal serão utilizados os periódicos *Jornal do Brasil* (principalmente na coluna “Palcos e Salões” que traziam informações dos eventos da cidade), a *Gazeta de Notícias*, a *Revista da Semana* e *O Malho*, pois através das imagens ali encontradas, podemos comprovar o argumento da participação ativa das mulheres nos clubes

---

<sup>4</sup> (GIFI 6C 465) Agradeço a Eric Brasil a indicação da fonte.

dançantes.

“*As morenas do Catete*”

No jornal *Gazeta de Notícias* do dia 15 de dezembro de 1905, foi publicada uma crônica da autoria de Viriato Corrêa, denominada “Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete”. A crônica era sobre uma suposta visita do autor a um baile de posse da diretoria, que era formada somente por damas.<sup>5</sup>

De acordo com Viriato Corrêa, quando chegou na sede social às nove e meia da noite, foi muito bem recebido por ser “a imprensa”. A presidenta (o autor não cita o nome), que, segundo o autor, era “uma preta imensa, de um seios colossais”, o convidou para entrar e se sentar e o deixou acompanhado por seu pai – Chico Silva –, para resolver algumas pendências referentes ao baile. Chico Silva, que, de acordo com o cronista, lá “pelo Catete todo mundo conhecia”, tinha orgulho de sua filha, pois, em suas palavras, ela era “uma rapariga de juízo”:

—Não era mulher de andar aí pelas ruas arreganhando os dentes para esses pardos vadios. Não, senhor; tinha muito juízo, vivia em casa com as suas costuras e estava com o dono de uma casa de pastos.

O “velho”, que mancava de uma das pernas, continuava falando enquanto o cronista observava os convidados que chegavam. Em uma análise geral, a maioria das mulheres é descrita por Viriato como “pretinhas com gestos elegantes de menina branca”.

Para além das caracterizações que o autor faz da sociedade, chama atenção na crônica a descrição na hora das danças. Após a chegada dos convidados ao salão, a presidente, de braços dados com a fiscal, que era uma “cafuza magra, muito tortinha no seu colete *devant droit*<sup>6</sup>, e uma escassez deplorável de cabelos” se aproximou da porta, tocou uma campainha enquanto a fiscal gritou:

“Cavalheiros e damas, vai começar o baile. (...) – Valsa, cavalheiros tirar damas!”

A orquestra começou a tocar a valsa e aos poucos toda a sala fervilhava. De acordo com o cronista, Chico Silva trouxe uma das “pretinhas” que vinha passando para dançar com Viriato Corrêa, mas para sua alegria a música parou antes que eles pudessem dançar.

<sup>5</sup> “Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete”. *Gazeta de Notícias*, 15 de dezembro de 1905. (p,03)

<sup>6</sup> O colete *Devant Droit* de acordo com Gilberto Freyre era o que havia de mais moderno em espartilhos. Veio para substituir o antigo colete *Doctoresse*. As propagandas enfatizavam a comodidade que esse novo colete traria para as mulheres e inclusive era recomendado por higienistas brasileiros. (Foto em anexo, p. 140) (Freyre, Gilberto. *Modos de homem e modas de mulher*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.)

A campainha tocou novamente e a fiscal bradou: “- Polk. damas tirar cavalheiros”. Nessa hora, como descreve o cronista, as damas obedeceram e tiraram os cavalheiros para dançar. Enquanto observava a cena, uma “morena” se aproximou do cronista e:

Toda ela curvou-se delicadamente e, com um gesto gracioso, convidou-me:

- O cavalheiro concede-me o prazer de dançar esta polk?

- Com imensa satisfação, respondi. Ela sorriu e deu-me o braço. E durante um quarto de hora rodei, dancei, suei. Ao final a morena sentou-me e, talvez por descuido, sentou-se também. Travei conversa. A fiscal chegou-se toda amável:

- O cavalheiro quer conceder-me o favor.... É proibido conversar no recinto social.

Pedi desculpas.

A próxima dança anunciada pela fiscal seria uma *schottisch*.<sup>7</sup> Desta vez, a mesma adverte que os cavalheiros deveriam tirar as damas para dançar, porém sem escolher. Sem entender o motivo para tal definição, Corrêa buscou esclarecimento com um dos sócios presentes no baile. O sócio respondeu que havia umas quatro convidadas que não haviam dançado ainda e o motivo seria porque “eram feias e ninguém as queria”. Enquanto tocava a *schottisch*, o cronista observa rodarem pela sala as três (sic) convidadas no braço de homens”.

O baile continuava, quando, no corredor, um dos convidados que havia bebido bastante resmungou com outro: “Isto é uma droga. Minha irmã pagou trinta mil réis e não me quiseram dar vinho do Porto. É só água ardente. É por que sou preto”. Um dos membros do clube o aplacou dizendo: “olha a imprensa. É preciso respeitar” e o rapaz se acalmou. De repente no corredor houve uns murmúrios. Eram copos no chão, “homens atracados”, “cacetes que cantavam”, uma confusão. Por mais que gritassem: “respeitem a imprensa”, não havia naquele ambiente “respeito possível”.

Manuel *Viriato Corrêa* Bayma do Lago Filho (1884-1967) foi um escritor maranhense com uma longa trajetória intelectual. Atuou em várias esferas culturais, entre as décadas de 1900 a 1960, tendo sido jornalista (em vários periódicos), político, escritor de

---

<sup>7</sup> Gênero musical. Antiga dança de salão aos pares, que se movimentam sincronicamente, geralmente em compasso binário. Aproxima-se da polca. (Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/> acesso: 01 set 2016). Xico Braz em 1915 a define como: “A *schottisch* ou *scottish* é uma dança escocesa muito em voga em todas a (sic) reuniões. A maneira de dançar é como se o par fosse valsar. (BRAZ, Xico. *Danças de Salão*, Op. Cit.)

peças de teatro e de livros destinados ao público infantil.<sup>8</sup> A obra de Viriato Corrêa tinha como características marcantes a utilização de temáticas relacionadas ao Brasil e a seus costumes e tradições. E, segundo Vanessa Cavalcante, sua escrita seria marcada por uma linguagem simples e didática (CAVALCANTE, 2012). Sua trajetória na Gazeta de Notícias começou pouco tempo depois de sua chegada à Capital Federal, quando iniciou o trabalho como redator, por intermédio do jornalista Medeiros e Albuquerque. No ano de 1906, Viriato assume a coordenação da coluna “Gazeta das Crianças”, coluna em que obteve êxito na Gazeta de Notícias. Embora fizesse sucesso na coluna infantil, eventualmente escrevia crônicas para o público adulto, como a crônica analisada acima.

O trecho da crônica nos sugere a visão que Viriato Corrêa tinha dos frequentadores desses clubes, evidenciando que para ele não existia nenhuma marca de elevação nas atividades proporcionadas pelas agremiações. Os sócios dos pequenos clubes, em sua concepção, eram indivíduos amorais. Com sua ironia e sarcasmo, Viriato mostra tomá-las como simples expressão do atraso de seus componentes e de sua incapacidade de se fazerem civilizados e moralizados. A descrição de Viriato é permeada por uma imagem racializada de gênero, cheia de adjetivos sexualizados e de cor. Seu racismo tornar-se evidente.

As personagens de sua narração são negras e mestiças e, geralmente, quando trata de mulheres, sua descrição se apega aos atributos corporais. Ao descrever a “morena” que com ele dança uma polca, destacou o decote que permitia-lhe ver a “cor azevichada do seio”, ou, ainda, quando afirma que a presidenta do clube tinha “uns seios colossais”. Parece que, por mais que tentassem se comportar com “gestos de moça branca” a sexualidade já estava expressa em seus corpos. A crônica, que mistura sensualidade com sarcasmo, reforça estereótipos usados para se referir as mulheres mestiças e negras. Ainda que essas sejam as protagonistas de sua crônica e que ele tente valorizá-las chamando-as de “morenas” e não de “mulatas”, a sexualidade já está pressuposta (PEREIRA, 2010: 289).

A mestiçagem já vinha sendo debatida desde meados do século XIX, período apogeu das teorias raciais. No Brasil, diferentes intelectuais preocupavam-se com os “supostos prejuízos” resultantes de um grande número de mestiços que aqui viviam (PEREIRA, op.cit). Nesse contexto foram forjadas imagens de inferioridade para homens e mulheres “mestiços”. Para as mulheres descendentes de negros e brancos, as mulatas, recaía uma série de

---

<sup>8</sup> CORREIA, Viriato. CÂM. DEP. Deputados brasileiros; FERNANDES, J. Brasil; LUZ, J. Fran; MARTINS, M. Dicionário. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf>. Acesso 05 mar 2017

estereótipos erotizados e sensuais (RODRIGUES, 1894). Elas seriam “puro corpo” representadas por vários atributos físicos, seus corpos eram objeto de desejo e cobiça dos homens (CORRÊA, 2010).

A cultura de homens e mulheres negros, estava situada fora das fronteiras civilizacionais das sociedades. Descrições como as de Viriato Corrêa demonstram o quão racializado era o olhar de muitos cronistas sobre as atividades de negros e seus descendentes.

#### *Moralidade e Discurso Jurídico*

A decência, o respeito e a moralidade estavam profundamente ligados ao projeto republicano, como demonstra Sueann Caulfield no livro *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Segundo a autora, no período Republicano havia um consenso entre os juristas, médicos e reformadores de que a sociedade moderna trouxera uma degeneração moral. E em busca da civilização do país, a moral, a honestidade e o bom trabalho apareciam como um referencial para a sociedade que se desejava formar (CAULFIELD, 2000).

De acordo com Caulfield, enquanto um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, a honestidade das mulheres referia-se ao comportamento sexual (ABREU, 1989). E, para os reformadores, sem a força moralizadora da honestidade sexual feminina, a modernidade causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social. Os juristas da virada do século, por exemplo, chegaram a propor que se educasse a população na valorização da honra sexual feminina, como uma medida de “estabelecer a ordem e o progresso”. Sueann Caulfield ainda observa que a honra sexual representava um conjunto de normas que, “estabelecidas aparentemente com base na natureza”, sustentavam a manutenção de relações de gênero, raça e classe completamente hierárquicas (CAULFIELD, 2000:172).

Respaldados pelas teorias científicas europeias, que vieram para o Brasil no final do século XIX e eram baseadas no positivismo, evolucionismo, e no darwinismo, os médicos higienistas caracterizaram as mulheres como seres biologicamente mais fracos. Era dessa fragilidade física que advinha sua delicadeza, submissão e a vocação maternal (CHALHOUB, op.cit.). Os homens, ao contrário das mulheres, tinham o vigor físico e moral (SCHWARCZ, 1993: 57). Não eram vulneráveis. Suas racionalidades e forças os capacitavam a cuidar do “sexo frágil”. Foram esses modelos biológicos que forjaram maneiras de se “comportar” e de “sentir” diferentes para homens e mulheres (GELER, 2007). Mas, para o gênero feminino a definição de padrões normativos de conduta “adquiriu uma maior relevância” (RAGO, 1994:223).

Esses modelos se estendiam em todas as áreas do cotidiano, inclusive no lazer. Havia regras rígidas de controle social que limitavam a circulação e o divertimento das mulheres no espaço público. Ainda que de forma subjetiva, o lazer feminino estava completamente condicionado a uma posição de passividade em relação ao lazer masculino. Questões como o horário, a companhia e o destino estavam sob julgamento (ABREU, 1989).

Em seu livro *Meninas Perdidas*, Martha Abreu cita um processo de uma jovem branca de 14 anos de idade que vai com uma amiga a um baile da Sociedade Flor do Abacate. Em determinado momento do baile a jovem encontrou com seu namorado. O rapaz, após dançar com a jovem, a conduziu para “uma área nos fundos e ali quis deflorá-la”. No processo jurídico movido pela mãe da jovem contra o rapaz, Martha Abreu observa que as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, “o centro da análise do julgamento”. Julgadas pelos “referenciais normativos da elite”, muitas das vítimas pesquisadas pela autora passavam para a categoria de culpadas por não se comportarem da maneira esperada pelos juristas.

Vale ressaltar que no caso das mulheres pobres, embora esses referenciais disciplinadores recaíssem sobre seus costumes, toda essas regras dialogavam com suas vivências. Seus modelos de vida estavam muito aquém do modelo burguês de família que propunham os reformadores da Nação. (SOIHET, 1995)

A análise de Sidney Chalhoub sobre o cotidiano dos trabalhadores cariocas no início do século XX é um importante trabalho que ajuda a problematizar essas diferenças. O autor argumenta que as “condições materiais de vida da classe trabalhadora” possibilitaram que esses indivíduos tivessem um tipo de relacionamento amoroso que se diferenciava dos “estereótipos dominantes da relação homem-mulher” (CHALHOUB, op.cit). Ele afirma ainda que isso se devia a três “fatores combinados”: os fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos que levavam a interferência destes no “relacionamento do casal”; o desequilíbrio numérico entre os sexos que garantia a possibilidade de as mulheres arrumarem outro parceiro com certa facilidade e o fato das mulheres exercerem atividades remuneradas, que permitiam seu próprio sustento, e as liberava da dependência econômica masculina.

Sidney Chalhoub constata, então, que esses contingentes indicavam uma relação mais simétrica entre os sexos. Isto é, os homens não conseguiam impor totalmente sua dominação sobre as companheiras. Embora os três fatores sejam relevantes, o que mais interessa ressaltar para nossos objetivos é a questão do trabalho. A maioria das mulheres pobres tinha seu espaço de atuação não somente no espaço privado do lar, mas também fora dele, já que necessitavam trabalhar para providenciar o sustento familiar. Essa atuação possibilitava para as mesmas certa

independência em relação ao homem, já que assim elas podiam conseguir e garantir a sobrevivência sem depender de seus parceiros.

O trabalho remunerado feminino se constituía como um aspecto essencial da construção identitária social das mulheres pobres. Muitas “famílias”<sup>9</sup> viviam em condições de carência financeira e os homens nem sempre conseguiam assumir o papel de mantenedor da casa. Logo, várias destas necessitavam sair de suas casas para prover ou ajudar com as despesas. O trabalhar fora de casa, além de garantir a sobrevivência, possibilitava as mulheres independência na relação que mantinham com o sexo masculino.<sup>10</sup>

Diferente das mulheres da elite, essas trabalhadoras tinham maior liberdade de locomoção pelas ruas da cidade, iniciativa nas decisões e não se submetiam passivamente a dominação masculina. Chalhoub ainda destaca que embora as relações entre homens e mulheres pobres fossem regidas por seus interesses e experiências, que eram distintos dos que predominavam na chamada “família tradicional brasileira”, a luta dessas mulheres e afirmação de uma relação mais simétrica, também tinha suas regras e seus limites bem definidos. Uma conduta muito independente também era reprovada pelos seus pares (CHALHOUB, op. cit)

Somado a essas experiências cotidianas, que impuseram às mulheres pobres uma conduta de vida mais ativa, Rachel Soihet (SOIHET, 2000) observa que um importante movimento de reivindicações por autonomia, direitos civis e políticos femininos ganhou força no país, desde o protesto da escritora Nísia Floresta<sup>11</sup>, ainda na década de 1830. O surgimento de uma imprensa feminina, que lutava em prol do abolicionismo e do feminismo, é um exemplo desse movimento. Com a instauração da República, em 1889, novos debates se incluíam na luta das mulheres pela aquisição de direitos e plena cidadania: o direito do voto e da elegibilidade das mulheres.

---

<sup>9</sup> Os modelos de família eram muito diversos. Existia um grande número de famílias nas “classes populares” que eram chefiadas por mulheres. Ver: CAULFIELD, Sueann. “Em defesa da honra...” *Op. Cit* (p, 241) e, SANTIAGO, Silvana. “Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.” Tese- Unicamp, 2006.

<sup>10</sup> Sobre esse tema ver: CHALHOUB, Sidney. “Amando”. In: *Trabalho, lar e botequim. Op. Cit.*; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra.*; *Op. Cit.* FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997 (p, 510-553).. E, SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *Op. Cit.* (p, 362-400)

<sup>11</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 1810 no Rio Grande do Norte. De acordo com o texto de Rachel Soihet, revoltada com a educação deficiente e a privação de direitos às mulheres no país, em 1832, com 22 anos, publicou a primeira edição de sua tradução da obra *Vindication of the Rights of Women* de Mary Woolstonecraft. (SOIHET, Rachel. “Discutindo Biografia e história das mulheres” In: FUNCK, Susana Bornéo, Minella, Luzinete Simões, Assis, Gláucia de Oliveira (Orgs). *Linguagens e Narrativas: Desafios feministas. vol. 1. Tubarão- SC: Copiart, 2014, p. 63 a 79.*

Soihet afirma que a maneira de luta das mulheres acontecia de formas diversas:

mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.

Esta luta por aquisição de direitos e participação nas decisões políticas se atrelava a própria busca de autonomia da mulher, ao desejo de conduzir a sua vida. Seus posicionamentos e práticas, dentro daquilo que lhes era possível, foi o que possibilitou á algumas mulheres certo protagonismo em situações cotidianas. Em seus momentos de lazer, as trabalhadoras usaram esse espaço para lutar e reagir às condições de vida que estavam submetidas. Ao não renunciarem um posicionamento ativo na diversão, estas jovens, sem deixar de dialogar com os modelos dominantes, se tornaram senhoras do seu lazer (NASCIMENTO, 2012).

#### *A moralidade nos clubes*

A situação vivida pelas mulheres nos pequenos clubes dançantes era muito diversa daquela por elas experimentada nas Sociedades<sup>12</sup> mais antigas e prestigiadas, frequentadas pelas elites (NASCIMENTO, op.cit). Para situar o leitor em tal sugestão, cabe recorrer as sugestões propostas por Cristiana Schettini Pereira no artigo *Os Senhores da Alegria: A presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX*. (PEREIRA,2002).

A autora mostra que as Grandes Sociedades Carnavalescas eram as agremiações frequentadas pelas elites cariocas desde a segunda metade do século XIX. Compostas por uma maioria de homens letrados, comerciantes e estudantes, eles utilizavam essas Sociedades para cultivar o que a autora chama de uma “licenciosidade carnavalesca”. Essa licenciosidade fazia com que as Grandes Sociedades fossem reconhecidas como espaços de libertinagem. Autodenominando-se como os “senhores da alegria”, os homens que frequentavam as Sociedades se viam na possibilidade de interferir nos lugares e nas formas de diversão das mulheres. Suas esposas e filhas não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades. Elas não frequentavam as atividades sociais e no carnaval deveriam estar apenas como espectadoras, recolhidas às sacadas e janelas “protegidas das multidões das ruas”.

---

<sup>12</sup> As Grandes Sociedades foram criadas na década de 1860, e eram formadas principalmente pelos grupos dos Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo estas se destacavam como os baluartes do Carnaval carioca no final do século XIX. Para uma análise completa sobre essas sociedades ver em: PEREIRA, Leonardo. *O Carnaval das Letras*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. e CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Ecos da Folia...*”. *Op. Cit.*

Enquanto isso, as “mulheres públicas”, que eram prostitutas famosas e cobiçadas, tinham parte reconhecida e ativa na diversão. Faziam-se presentes tanto nos carros alegóricos com que essas sociedades desfilavam pelas ruas quanto nos bailes que eram oferecidos para seus sócios.

A imagem feminina dentro desses espaços era concebida por esses homens das altas rodas cariocas que compunham esses clubes como objetos de sua distração. Ali não se buscava afirmar um caráter familiar. Muito pelo contrário, as “senhoras fluminenses”, que eram as esposas desses sócios, não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades.<sup>13</sup>

Essa libertinagem não era vista nos clubes frequentados por trabalhadores. Mesmo se baseando no modelo de prestígio e requinte das Grandes Sociedades eles tinham seu espaço de autonomia em seu modo de ver o mundo (CUNHA, 2001:159). A questão moral era um problema específico para esses pequenos clubes e não para as Grandes Sociedades.

Era o que mostrava por exemplo, no ano de 1908, os estatutos da Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas,<sup>14</sup> sediada no Morro da Providência. Segundo o 13º artigo, ao “mestre sala” competia “respeitar as sócias como suas filhas que fossem legítimas”. Ao exigir que o mestre de sala respeitasse as sócias como suas filhas legítimas, as regras sociais do clube nos sugerem a imagem familiar que seus sócios desejavam ver vinculadas a seu clube. A proteção da moral feminina, ali, aparecia como fruto de um zelo que tinha base familiar, pois o clube seria frequentado justamente pelas famílias de seus sócios. É verdade que a regra dialoga com o modelo de dominação masculina em que os homens deveriam proteger e cuidar das mulheres, mas esse cuidado se dava a partir de suas vivências cotidianas.

Fato é que, embora assumissem a função de “protetores” da moral feminina, esses sócios garantiam que o lazer fosse compartilhado “igualmente” por homens e mulheres. Como exemplo, no ano de 1903 os sócios do clube Prazer dos Inocentes, oriundo de Madureira, demonstravam que a inserção feminina não aparecia ali apenas como a de convidadas para o baile. Ao deixarem evidente em seus estatutos que “a palavra sócio abrange a ambos os sexos”, os foliões de Madureira mostravam que as mulheres poderiam fazer parte de suas agremiações como sócias titulares. Elas e eles teriam os mesmos direitos e deveres dentro da agremiação.

---

<sup>13</sup> É importante explicar que Cristiana Schettini não nega a frequência das senhoras da elite nas Grandes Sociedades. Elas até poderiam participar dos bailes proporcionados, o que está em jogo aqui é uma participação ativa nos festejos. Eram em espaços privados e cercadas de outras mulheres que essas damas poderiam ter voz e autonomia.

<sup>14</sup>Arquivo Nacional, GIF1 6C 250 (“Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas”, 1908).

Utilizando de estratégia diferente para garantir a permanência das mulheres na sociedade, os diretores da Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de dona Clara,<sup>15</sup> no ano de 1912, além de democratizarem a admissão dizendo que seu meio social seria composto de um ilimitado número de pessoas de “qualquer nacionalidade, estado, cor e profissão”, afirmavam que as futuras sócias de sua agremiação não precisavam pagar a mensalidade de dois mil réis que era critério de admissão para os sócios. Elas contribuiriam “unicamente com uma quantia que entre sim (sic.) estipularem para ocorrer às despesas no Carnaval.” A cortesia oferecida às sócias pela diretoria da associação não era uma forma de enxergar as futuras sócias como um adorno do salão ou como objetos de distração masculina. Pelo contrário, tendo em vista que esta associação era formada por muitas famílias que moravam em Dona Clara, dificilmente essas famílias que formavam seu quadro de membros teriam condições financeiras para arcar com as despesas associadas ao valor de mais de uma mensalidade. Desta maneira, ao suprimir a mensalidade das sócias, a sociedade permitia que mais homens e mulheres casados pudessem, juntos com seus filhos, ser membros da sociedade e participar ativamente das diversões familiares e carnavalescas, que era a finalidade da sociedade (NASCIMENTO, op.cit)

Alguns desses divertimentos chegaram a ser descritos na coluna “Nos subúrbios”, da *Sociedade Anônima a Época*, como a participação da diretoria em soirées<sup>16</sup> realizadas por outros clubes vizinhos e passeios a outros bairros feito pelos sócios:

“D. Clara - O rancho União das Rosas deste local fez no domingo último um picnic na Penha, o que encantou por completo a população daquele pitoresco arrabalde. O União das Rosas quando saiu de D. Clara com destino a Penha, foi executando uma marcha esplêndida, chamando a atenção dos passageiros que viajavam no mesmo trem do subúrbio. Quando em Lauro Muller embarcou no trem da Leopoldina, reinava sempre a mesma alegria e harmonia. (...)”

As pessoas que compunham aquele rancho eram as seguintes: presidente, Eleutherio de Sant’Anna; vice-presidente, Henrique Pedro da Rocha; 1º secretário, Manoel Garcia Martins; 2º secretário, Anachagas Camara Chagas; procurador, Alcindo Magalhães; 2º procurador, Sabino de Oliveira; fiscal, Valentim Dias da Silva; 2º fiscal, Gabriel Ribeiro; ensaiador geral, Germano Felix Torres; 1º mestre de sala, Carlos Fogaça da Silva; porta-bandeira, Carlinda Magalhães Couto; caçadoras, Eugenia Fernandes da Silva, Eulina Marcolina Pereira, Orlandina Soares de Freitas, Esidora Marcolina Pereira, Maria Felix Dias da Silva, Januário Mindo e demais cavalheiros que nos escaparam. (...)”<sup>17</sup>

Embora na descrição o número de sócios homens seja bem maior em relação ao das sócias, é relevante o fato das mulheres presentes no piquenique terem sido citadas no jornal em

<sup>15</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6C 365 (“Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de D. Clara”, 1912).

<sup>16</sup> “Nos subúrbios”. *A Época*, 23 de dezembro de 1912 (p,7).

<sup>17</sup> “D. Clara”. *A Época*. 13 de março de 1913 (p,5).

uma atividade que reafirmava o caráter familiar que os sócios propunham em seus estatutos. A listagem das pessoas que faziam parte da associação também nos permite observar uma repetitividade de sobrenomes deixa subentendido que era um clube frequentado por muitos parentes.

O cuidado e a proteção, diferente do que propunham os discursos higienistas, não anulava a ação dessas senhoras e senhoritas nas pequenas agremiações. Era por dentro da lógica de dominação masculina que essas mulheres foram ganhando seus espaços de autonomia e protagonismo.

### *Inserção feminina*

Muitas jovens que frequentavam as agremiações eram responsáveis pela ornamentação e decoração do salão social,<sup>18</sup> mas reduzir a presença destas somente a essa função seria algo falho. A participação das mulheres nos clubes dançantes mistos poderia se estender nos carros alegóricos, nas atividades sociais e nos cargos das diretorias junto com os homens. Se recorrermos a nota sobre o piquenique dos sócios do clube União das Rosas, veremos que o articulista cita o nome de algumas mulheres que faziam parte do piquenique. Dentre elas estava a porta-bandeira<sup>19</sup> Carlinda Magalhães Couto.<sup>20</sup>

Batizada como Carlinda Ribeiro Neves, quando se casou com o operário paulista Alcino Magalhães, tinha 21 anos de idade e era doméstica. Possivelmente, ela, junto com seu marido, fazia parte da sociedade União das Rosas desde sua fundação, pois Alcino já aparecia como membro da diretoria<sup>21</sup> desde a fundação da sociedade. Também foi o endereço do casal na rua Antonieta, número 50, na Estação de dona Clara que foi informado como sede pela diretoria no pedido de licença de funcionamento enviado a polícia.

Sobre a porta-bandeira, poucas informações foram encontradas nos periódicos. O caminho para encontrar uma informação maior sobre ela teve que ser por seu marido Alcino

---

<sup>18</sup> Margareth Rago observa que nos diversos modelos de associações a presença feminina se dava somente como “filhas, esposas e mães” isto é na “condição de subordinadas” aos líderes masculinos. (RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar... *Op. Cit.* (p, 64) ) Outros trabalhos que tematizam o silenciamento feminino são: SOIHET, Rachel. “Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa”. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP.. Vol.45* (2012) jul/dez. e SCOTT, Joan W. “O individualismo radical de Madeleine Pelletier”. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 105-154.

<sup>19</sup> A porta bandeira era aquela que carregava o estandarte da agremiação

<sup>20</sup> “Nos subúrbios”. *A Época*, 13 de março de 1913 (p, 5).

<sup>21</sup> “Sociedade C. F. União das Rosas de D. Clara”. *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1912. (p, 06)

Magalhães. Através dele que foi encontrado o registro de casamento,<sup>22</sup> do ano de 1909 (SCHMIDT, 2009). O jornal *O Imparcial*,<sup>23</sup> em 1914 em uma pequena nota sobre a sociedade, apresenta Carlinda como diretora geral, sendo o único artigo encontrado falando a respeito de tal assunto. As funções exercidas por Carlinda Magalhães descritas nos jornais não aparecem nos estatutos da sociedade; seu nome nem chegou a ser citado na lista da diretoria. Na verdade, em uma sociedade onde os homens eram maioria, é provável que a visibilidade das mulheres não fosse uma preocupação deles (RAGO, 1994). Ainda assim, elas encontraram maneiras de se fazerem vistas.

Experiência muito semelhante foi vivenciada na Sociedade Dançante Carnavalesca Filhas das Jardineiras. Aparentemente fundada em 1906<sup>24</sup> na rua São Roberto (Estácio), a associação tinha prestígio na cidade. Seus bailes estavam sempre noticiados nos jornais. Os elogios se centralizavam na atuação da porta-estandarte Lydia Maria da Conceição, no som de sua “afinadíssima orquestra”<sup>25</sup> regida pelo “batuta”<sup>26</sup> Irineu de Almeida.<sup>27</sup> E em suas pastoras. No carnaval de 1907, três dessas moças se destacariam no informe da *Gazeta de Notícias*.<sup>28</sup>

A diretoria da Sociedade Dançante e Carnavalesca dos Filhos (sic.) das Jardineiras é arrojada e de um bom gosto nunca visto. Ela está assim composta: Alberto Andrade, presidente; Julio Ribeiro de Campos, secretário; João Machado da Silva, tesoureiro; Josino Augusto de Azevedo, diretor técnico. A porta estandarte, Mlle. Lydia M. da Conceição; porta-bandeira, Mlle. Alzira Martins, 2ª diretora: Mlle. Virgilina Costa, diretora de canto.

Ao lado dos diretores, as jovens aparecem conduzindo o estandarte, a bandeira do grupo e cantando. O estandarte e a bandeira eram os mais importantes símbolos das associações. Eles eram o elemento da identificação das sociedades. Empunhar o estandarte e portar a bandeira eram cargos de honra e deveriam ser exercidos por uma pessoa de confiança que pudesse representar o clube (BATALHA, 2004).

<sup>22</sup>Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012," database with images, *FamilySearch*(<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KFSD-9GF>: accessed 12 January 2016), Alcino Magalhães Couto and Carlinda Ribeiro Neves., Marriage Registration; citing 12ª Circunscrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil; Corregedor Geral da Justiça, Rio de Janeiro (Inspector General of Justice Offices, Rio de Janeiro); FHL microfilm 1,390,861.

<sup>23</sup> “União das Rosas de D. Clara”. *O Imparcial*, 23 de fevereiro de 1914. (p,4)

<sup>24</sup> Encontrei um único registro no jornal que dizia que a sociedade foi fundada em 1906 por Ida Maria da Conceição. (*Gazeta de Notícias*, 27 de janeiro de 1907. p,7).

<sup>25</sup> “Filhas da Jardineira”, *O Paiz*, 25 de fevereiro de 1911. (p,4)

<sup>26</sup> “Clubs”, *A Imprensa*, 04 de abril de 1911. (p,5)

<sup>27</sup> Irineu Gomes de Almeida (1873- 1916) também era conhecido como “Irineu Batina”. De acordo com o Dicionário Cravo Albin Irineu... “Integrou a Banda do Corpo de Bombeiros desde sua formação, em 1896, atuando sob a regência do compositor Anacleto de Medeiros. Foi um dos frequentadores do “Cavaquinho de Ouro”, ponto de encontro de chorões como Quincas Laranjeiras, Heitor Villa-Lobos, Luís de Souza, entre outros. Foi professor de Pixinguinha, a quem convidou em 1911 a integrar a orquestra do Grupo Carnavalesco Filhas da Jardineira, rancho fundado em 1905.” Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/irineu-batina>. Acesso 02 mar 2017

<sup>28</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1907. (p,1)

Em uma pequena “quadrinha”, cantarolada pelos “Filhos das Jardineiras”, vemos a exaltação à porta bandeira Alzira Martins:

Eu fico orgulhosa  
De ver a porta bandeira,  
Essa catita menina  
É filha da Jardineira!

Ao declararem, nos versos cantados para saudar os redatores da *Gazeta de Notícias*, que sua porta-bandeira lhes dava “orgulho”, os “Filhos das Jardineiras” enfatizavam ainda mais a importância do cargo exercido por uma de suas sócias. Em meio a tantos homens, sua presença no clube estava longe de uma imagem licenciada ou de adereço. Na pesquisa realizada nos jornais foi possível perceber uma infinidade de cargos que foram exercidos por damas que frequentavam os clubes. Além de porta-bandeira e porta-estandarte, encontrei caçadoras, coristas<sup>29</sup>, estrelas<sup>30</sup>, diretoras de canto<sup>31</sup>, rainhas<sup>32</sup> e alguns outros<sup>33</sup>. Provavelmente esses cargos eram simbólicos, mas o importante é a visibilidade que as mulheres passaram a ganhar nos jornais. Elas se tornaram, aos poucos, elemento essencial da formação identitária de clubes em que os homens eram a maioria.

### *Conclusões*

Em suma, a presença das mulheres nos pequenos clubes dançantes era efetiva. A documentação de imprensa é um dos melhores caminhos para se estudar a inserção feminina nas associações. Através das fotografias e notas publicadas as mulheres passam a ganhar visibilidade que até então era quase nula nos estatutos das associações dirigidas por homens. De fato, os modelos de moralidade que foram projetados para as mulheres recaíam sobre todas as áreas do cotidiano, inclusive do lazer. Fato é que na maioria dos estatutos, os diretores se colocavam como protetores da moral das sócias. Esta preocupação com a honestidade das sócias não acontecia de forma homogênea. As fronteiras eram fluídas e se adequavam ao cotidiano dos “populares” da cidade do Rio de Janeiro.

Em meio às regras que se estabeleciam, e no diálogo com elas, as mulheres foram dando-se conta de sua posição “marginal” na sociedade (DAVIS, 1997). Embora sua realidade fosse

<sup>29</sup> “O Ameno Resedá”. *Gazeta de Notícias*, 3 de março de 1908. (p,02)

<sup>30</sup> “Yaya Formosa”. *A Imprensa*, 18 de janeiro de 1910. (p,04)

<sup>31</sup> “Moreninhas de Santa Tereza”. *A Imprensa*, 15 de janeiro de 1910. (p,04)

<sup>32</sup> “Flor dos Chinezes”. *Gazeta de Notícias*, 14 de fevereiro de 1904. (p,04)

<sup>33</sup> Encontrei na *Gazeta Notícias* alguns cargos que acho importante ilustrar para o leitor. Os Caçadores de Montanhas tinham diretoras de canto, pastoras mestre, damas da frentes, batedoras. (*Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1910), O União das Rosas destaca suas bailarinas (*Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1911)

dominada por uma lógica machista, as mulheres enxergaram e criaram possibilidades de um lazer autônomo. Pequenas ações individuais, como participar de um grêmio feminino filiado a seus clubes de origem ou na criação de suas próprias associações recreativas, foram os caminhos possíveis para que reagissem contra sua suposta passividade e a dominação a que estavam submetidas.

### *Referências*

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia: uma história social do carnaval carioca entre os anos de 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAVIS, Natalie Zemon; FEIST, Hildegard. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdida: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GELER, Lea. “'Nuestro sexo está de pie'. Voces afrofemeninas en la Buenos Aires de 1876-78” *Claroscuro*, nº 6. Rosario, Argentina, pp. 109-137.
- NASCIMENTO, Aline Carneiro do. *As donas do baile: a agência feminina nos clubes dançantes de trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Monografias. PUC-Rio Departamento de História, 2012.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.: In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República.” In: *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- SOIHET, Raquel. “A interdição e o transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890-1945)”. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 2, ano 2, 1995, pp. 53-70.